INTERESSADO: JOSÉ ALBERTO E JOSÉ AUGUSTO ROMANO

ASSUNTO: Pedido de reconsideração do Parecer CEE nº 2264/74

RELATOR: Conselheiro Henrique Gamba

PARECER Nº 2836/74 CPG; Aprovado em 21 / 11 / 74 (Proc.033/74)

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO: Recorre-se, em última análise, do indeferimento do pedido da validade de recuperação solicitada pelo Colégio Teresiano aos alunos José Alberto e José Augusto Romano, em virtude de já terem sido declarados expressamente como reprovados ao fim da série que freqüentavam em 1973.

Apesar de negada a autorização, assinale-se que, para convalidar a matrícula condicional desses alunos, em 1974, na 8ª série do ensino de primeiro grau e 1ª série do ensino de Segundo grau respectivamente, foi consentida a matrícula nas séries anteriores, computando-se, em caráter excepcional, para fins de avaliação de aproveitamento, as notas obtidas e a freqüência cumprida no ano em curso.

2 - No tocante às considerações que fundamentam o esforçado parecer do nobre Conselheiro Elisiário Rodrigues de Sousa notamos que foi induzido a crer que o colégio já esgotara os seus recursos internos para a recuperação desses alunos pelo fato de haver sido requerida a autorização a este Colegiado.

Ainda dentro desse entendimento aponta como indiscutível a observação contida nas fichas escolares, referentes ao ano letivo de 1973, de que José Alberto Romano "não obteve aprovação na 7ª série" e de que José Augusto Romano "não obteve aprovação na 8ª série".

Por outro lado, afirma que a legislação vigente não agasalha a figura da "nova recuperação".

2 - FUNDAMENTAÇÃO:

1 - Descendo-se ao mérito do pedido encontramos os pressupostos que justificam o recurso:

- a) as razões do petitório de fls. 31,32 e 34.
- b) documento de fls. 33 emitido pelo Gabinete da Presidência e
- c) a Deliberação CEE nº 16/73(doc.de fls.35).

2 - Já agora, há que se apreciar o assunto a luz das informações expandidas especialmente quanto ao uso indevido do adjetivo "nova", considerando-se na verdade que se trata, realmente, de recuperação.

D'outra parte, salienta o próprio Parecer nº 2226/74, remetendo-nos ao Parecer CEE nº 802/74, " a longa fila de casos semelhantes" existentes tanto na Câmara do 1º grau como na do 2º Grau.

Efetivamente, o suplicante comprova que "casos semelhantes" obtiveram o beneplácito deste Conselho.

CONCLUSÃO

Considerando-se que as situações dos alunos em tela identificam-se, perfeitamente a nosso ver, com o consagrado em outras decisões, pois, como assinalado esta, trata-se de recuperação validada em casos semelhantes, julgamos também: convalidadas as matrículas de José Alberto Romano na 8ª série do ensino de 1º grau e de José Augusto Romano na 1ª série do ensino de 2º grau.

Como conseqüência dessa decisão e visando a não prejudicar os estudos dos interessados em 1974, dever-se-á computar as freqüências anotadas e as notas obtidas por ambos no período que freqüentaram, respectivamente, a 7ª série de 1º grau e 8ª série do ensino de 2º grau, período em que o Parecer nº 2264/74, aprovado em 25/09/74, produziu efeitos.

São Paulo, 20 de novembro de 1974

a) Conselheiro Henrique Gamba

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1974

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE, por unanimidade, aprova a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

São Paulo, 21 de novembro de 1974

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente